

internacional

internacional@jornaldocomercio.com.br

Após declarar lei marcial, presidente revoga decisão

Maioria dos deputados aprovou a moção declarando o ato ilegal

/ COREIA DO SUL

O presidente da Coreia do Sul, Yoon Suk Yeol, foi derrotado na sua tentativa de amordaçar a oposição com um decreto de lei marcial que pegou de surpresa o país asiático ontem, jogando umas das nações mais prósperas do planeta em uma grave crise. Cerca de duas horas após o surpreendente anúncio em rede de TV e a mobilização do Exército, que suspendeu liberdades civis e invadiu o prédio da Assembleia Nacional, deputados de oposição comandaram uma reação legislativa.

Com uma votação unânime de 190 parlamentares, nenhum deles do governo, a oposição derrubou o decreto, conforme permite a Constituição do país. Passadas mais de três horas, Yoon cedeu e suspendeu a medida às 4h30min (16h30min em Brasília). Ele disse que o Comando da Lei Marcial recuou. Os militares já haviam deixado Parlamento, onde haviam protagonizado embates com assessores munidos de extintores de incêndio no fim da noite de terça e invadido salas quebrando janelas.

Uma multidão estimada em milhares de pessoas enfrentou as temperaturas em de 0°C para protestar contra Yoon e pedir a prisão do presidente. A pressão veio de dentro e de fora: tanto o seu partido quanto os Estados Unidos, principal aliado de Seul, pediram que ele acatasse a lei.

A crise teve um desfecho ex-



Imprensa foi censurada e os militares tomaram as ruas de Seul

presso, mas fica incerto o futuro da relação de Yoon, com a oposição e a sociedade. A Confederação dos Sindicatos da Coreia, mais poderosa entidade de trabalhadores do país, convocou uma greve geral para pedir a renúncia do presidente. Mesmo seus aliados buscaram se distanciar das ações do líder. Logo após a decretação da lei marcial, o presidente de seu partido, Han Dong-hoon, disse não concordar com a medida. Depois da votação no Parlamento, o líder da sigla na Casa, Choo Kyung-ho, disse que desconhecia o plano de Yoon e que só não votou a moção.

O presidente alegou que a oposição estava travando o funcionamento do país, devido a seu bloqueio da peça orçamentária do ano que vem e dos pedidos de impeachment de procuradores nomeados pelo governo.

Além disso, de forma mais fantasiosa, disse que os opositores estavam trabalhando em favor da Coreia do Norte, com quem Seul vive um estado de guerra congelado desde o armistício que encerrou três anos de combates e dividiu a península coreana em 1953.

“Eu declaro lei marcial para proteger a livre República da Coreia da ameaça das forças comunistas da Coreia do Norte, para erradicar as desprezíveis forças antiestatais pró-Coreia do Norte que estão pilhando a liberdade e a felicidade do nosso povo, e para proteger a ordem constitucional”, disse Yoon.

O decreto de lei marcial, previsto na lei coreana em caso de guerra, sublevação interna ou catástrofe natural, havia passado poderes executivos às Forças Armadas sob Yoon.

Trump exige que Hamas libere reféns até sua posse

/ ESTADOS UNIDOS

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, disse que grupos extremistas da Faixa de Gaza, em referência ao Hamas, “vão pagar caro” se os reféns ainda mantidos em cativeiro no território palestino não forem libertados antes de sua posse, que ocorrerá no mês que vem.

“Se os reféns não forem libertados antes de 20 de janeiro de 2025, data na qual assumirei com orgulho o cargo de presidente dos Estados Unidos, aqueles que cometeram atrocidades contra a humanidade vão pagar caro”, escreveu o republicano em sua plataforma,

a Truth Social. “Os responsáveis serão atingidos de forma mais dura do que qualquer um na longa e lendária história dos EUA. Libertem os reféns agora!”

Trump promete apoio firme a Israel, país que é o maior aliado dos EUA no Oriente Médio. O atual presidente, Joe Biden, adota postura semelhante, embora tenha feito críticas ocasionais à maneira como o primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, conduz a ofensiva militar na Faixa de Gaza.

Iniciada em outubro de 2023, a campanha militar de Israel em Gaza já provocou mais de 44 mil mortes e deslocou quase toda a população da região pelo menos

uma vez, segundo autoridades do território. O conflito teve início com o mega-ataque feito por integrantes do Hamas em território israelense.

No domingo, o governo dos EUA disse que ainda há um “caminho a ser percorrido” para o estabelecimento de um cessar-fogo e a libertação de reféns em Gaza. “Haverá mais conversas e consultas. Nossa esperança é de que possamos chegar a um acordo, mas ainda não conseguimos isso”, afirmou o conselheiro de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, à emissora americana NBC. “Estamos engajados com todos os atores da região.”

Governo argentino anuncia reforma migratória que pode afetar brasileiros

/ ARGENTINA

O governo de Javier Milei anunciou uma robusta reforma migratória na Argentina que deve afetar a vida dos estimados mais de 95 mil brasileiros que vivem no país. O porta-voz Manuel Adorni confirmou ontem que as universidades nacionais públicas poderão cobrar mensalidades de estudantes estrangeiros que não sejam residentes -boa parte dos universitários brasileiros tem residência para poder viver no país, de modo que a consequência pode ser amenizada neste caso.

O governo diz que um a cada três estudantes do curso de medicina é de fora do país. A maioria é do Brasil. A reforma ainda pre-

vê o fim da gratuidade da atenção médica para os estrangeiros. “Nos despedimos dos chamados ‘tours de saúde’”, ironizou o economista Adorni, referindo-se à prática de residentes de países vizinhos irem à Argentina em busca de tratamentos médicos de qualidade superior à ofertada em seus países.

O governo também ampliou a cartela de justificativas que podem impedir a entrada de um imigrante ou, uma vez em solo nacional, sua expulsão. Incluem-se neste pacote o imigrante detido em flagrante delito e aquele que “violenta o sistema democrático”, como, nas palavras do porta-voz, “aquele que atacou as instituições democráticas”.

Opositora espera que o Brasil reconheça González como presidente

/ VENEZUELA

A líder opositora da Venezuela María Corina Machado afirmou que espera do governo brasileiro o reconhecimento de Edmundo González como presidente eleito no país. A declaração foi feita, ontem, em videoconferência durante audiência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados. A principal líder da oposição foi convidada por deputados da comissão junto de González, que foi candidato da oposição na eleição venezuelana e afirma ser o vencedor do pleito. Ela vive na clandestinidade na Venezuela; ele, exilado na Espanha.

“O que esperamos é que o Brasil reconheça Edmundo como presidente eleito, para que dessa forma seja exercida pressão sobre Maduro e ele perceba que a sua melhor opção é uma transição organizada”, disse María Corina. “O

regime está mais fraco do que nunca, com a liderança legitimada e a oposição unida. Este não é um tema de direita ou esquerda, mas de liberdade e respeito aos direitos humanos”, acrescentou.

Parte da comunidade internacional crítica a Maduro não reconhece o ditador como vencedor do pleito e indica González como eleito; outra parte, na qual se enquadra o Brasil, não reconhece a vitória de nenhum dos lados da contenda, e demanda a divulgação total das atas eleitorais pelo regime, algo que Caracas ainda não fez. A relação entre Lula e Maduro se deteriorou desde o pleito, até então defendido pelo governo brasileiro apesar de denúncias da oposição de perseguição.

Enquanto isso, a ditadura Maduro segue com medidas que perseguem opositores. María Corina disse que Maduro engana e zomba de líderes como Lula e Petro.



María Corina disse que o regime está mais fraco do que nunca